

SABERES MATEMÁTICOS PRESENTES NAS ESCOLAS NORMAIS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL (1940-1971)

Luciane Bichet Luz¹

GDn°5– História da matemática/Educação matemática

Resumo: Este trabalho apresenta um projeto, em fase inicial de mestrado que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), o qual investiga as Escolas Normais Rurais no Rio Grande do Sul, no período em que elas existiram no Estado (1940-1973), com o interesse nos saberes matemáticos que permeavam nestas instituições. Será realizado um estudo sobre o contexto em que tais instituições foram criadas e também suas particularidades. Aqui apresentaremos alguns resultados parciais alcançados até o momento. A análise envolve diferentes fontes, como jornais que circularam na época, documentos oficiais, entrevistas com ex-professoras e ex-alunas das ENR, manuais produzidos pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, como o Boletim da Superintendência do Ensino Rural da (1954-1958). Aqui apresentaremos resultados parciais referentes as ocorrências relacionadas aos saberes matemáticos, bem como as prescrições e às políticas que submergiam no contexto educacional do ensino normal rural no Estado, e que foram encontradas até o presente.

Palavras-chave: Escola Normal Rural. Saberes Matemáticos. História da Educação Matemática.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a as Escolas Normal Rural (ENR) no Rio Grande do Sul (RS) - (1940-1973), visando conhecer a trajetória de constituição destas instituições, em especial, como os saberes matemáticos foram ensinados e aprendidos na Escola Normal Rural Imaculada Conceição em Pelotas. O trabalho está vinculado ao Projeto de Pesquisa *Estudar Para Ensinar: saberes matemáticos e práticas nas Escolas Normais do Rio Grande do Sul (1889-1970)*², que se propõe a investigar, em perspectiva histórica, a formação de professores primários para o ensino dos saberes matemáticos implementada nas Escolas Normais ou complementares do Rio Grande do Sul, no período 1889-1970. A investigação está centrada no âmbito da história

¹Universidade Federal de Pelotas- UFPEL; Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática; Mestrado em Educação Matemática; e-mail: lbichet615@hotmail.com; orientador(a): Circe Mary Silva da Silva.

²O projeto é financiado pelo CNPq.

da educação matemática, assunto que é pesquisado desde a graduação, com outros olhares e abordagens pela autora³.

Utilizaremos diferentes fontes para a escrita do projeto como os documentos oficiais, Decretos e Leis, Programas do governo, periódicos (Jornais), Boletim da Educação Rural produzido pela Secretaria (Superintendência) de Educação e Cultura do RS e entrevistas com ex-alunas que tiveram sua formação nas referidas instituições e uma professora que atuou como formadora na ENR Imaculada Conceição, em Pelotas.

Esta pesquisa busca conhecer como a matemática estava integrada na formação de professores nas ENR, portanto trata-se de um estudo histórico que possui como fundamentação teórica o método indiciário, que “resulta da articulação de princípios de procedimentos heurísticos centrados nos detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios” (RODRIGUES, 2006, p. 5). O que tomamos por indícios são os documentos oficiais e extra-oficiais, as fontes secundárias e voluntárias, ou seja, aquelas que o pesquisador busca intencionalmente.

Entendemos que cada pessoa trás em sua memória aquilo que a torna única e essencial, ao conversarmos com as depoentes percebemos que “a essencialidade do individuo é salientada pelo fato de a história oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, a memória” (PORTELLI, 1997, p.16). Consideramos que as fontes escritas e orais se complementam.

Elas têm em comum, características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Desta forma requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos (PORTELLI, 1997, p. 26).

As lembranças das pessoas são importantes e nos aproximam de um passado individual e único. Os relatos da mesma história podem ser diferentes, pois cada indivíduo ao lembrar os fatos ocorridos será influenciado por emoções. Então, podemos nos apropriar de outras fontes para averiguar as informações obtidas e assim conhecer a história mais legítima.

As fontes orais se complementam com outras, as fontes escritas, como por exemplo, os jornais nos permitem conhecer um pouco da vida de pessoas que viveram outrora, “[...] assim podemos recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses [...]”

³ Bolsista da CAPES.

(CAPELATO, 1988, p.21). As notícias registradas nos periódicos nos aproximam da história vivida por uma sociedade antepassada, assim deixando vestígios de como foi o contexto de determinado tema, para esta pesquisa, em específico, as ENR no RS.

A ESCOLA NORMAL RURAL

Na busca do conhecimento a respeito do tema de nosso interesse, o qual envolve processos que Burke (2016), nos aponta quatro estágios da sequência da obtenção ao uso da informação: coleta, análise, disseminação e utilização. O autor afirma que as quatro categorias não são fixas, são fluidas.

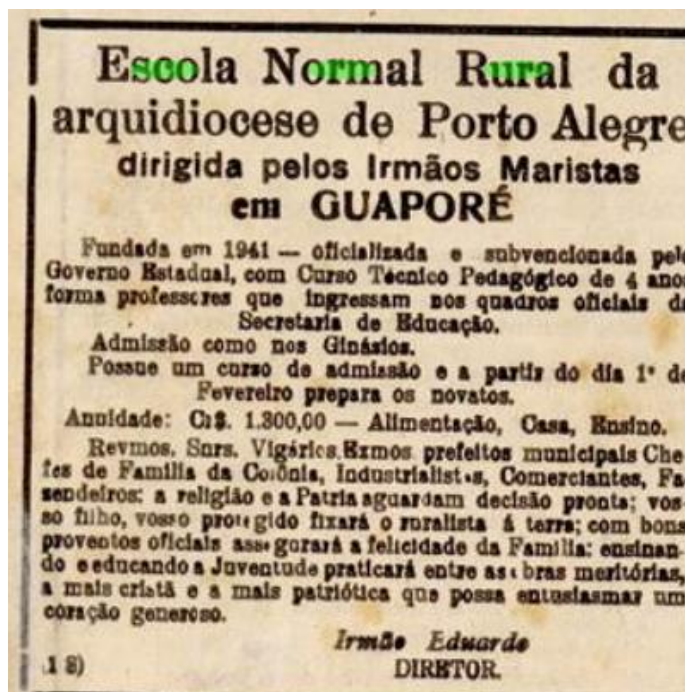
As formas de coletar informações dos historiadores envolvem outras fontes que complementam umas as outras, ou seja, “os historiadores também viajam para coletar conhecimento, seja visitando arquivos ou, no caso da história oral, entrevistando informantes e registrando suas memórias de eventos e processos passados” (BURKE, 2016, p. 75).

Partimos para a escrita do projeto de conhecimentos produzidos por outros autores que já investigaram a ENR no Rio Grande do Sul, refiro ALMEIDA (2007), WERLE (2012), VENZKE (2011), TAMBARA (1998).

No Brasil a primeira ENR foi inaugurada em Juazeiro do Norte (CE) em 1934. Entretanto, no Rio Grande do Sul, as primeiras Escolas Normais Rurais emergiram em 1942, a partir de um convênio entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e a Arquidiocese de Porto Alegre (TAMBARA, 2008, p. 25).

Em 1941 foi oficializada e subvencionada pelo Governo Estadual a Escola Normal Rural da arquidiocese de Porto Alegre dirigida pelos Irmãos Maristas, em Guaporé, como mostra a figura 1:

Figura 1: Oficializada a Escola Normal Rural



Fonte: Jornal CORREIO RIO-GRANDENSE, Garibaldi. 8 jan. 1947, p. 3.

A formação de professores nem sempre foi como conhecemos hoje, a preparação profissional para a docência compreendeu distintas situações ao longo de sua constituição. Segundo Guedes e Schelbauer (2010), essa formação esteve em alguns momentos históricos, baseada no “saber provindo da experiência”, ou seja, por meio do contato com o trabalho de um professor já experiente e atuante, se aprenderia como ensinar. Esse modelo de formação “artesanal” ocorreu mesmo depois da criação das Escolas Normais. As autoras acreditam que “a criação da Escola Normal Rural, instituiu o local específico para a formação e, em nosso entendimento, marca o início da profissionalização da profissão” (GUEDES; SCHELBAUER, 2010, p. 230).

O cuidado em formar professores para atuarem no meio rural resultou na criação de um tipo específico de instituição de ensino, denominado Escola Normal Rural. No RS, as primeiras ENR foram instituídas em meados do século passado. De acordo com Tambara:

O governo estadual, talvez percebendo alguns efeitos nocivos do processo de nacionalização do ensino feito de forma atabalhoada passa a agir com maior afinco em relação ao ensino rural. Isto ocorria primordialmente em três frentes: 1) através da criação de escolas rurais; 2) a formatação de um sistema de Ensino Normal Rural; 3) a reciclagem dos professores das escolas rurais (TAMBARA, 2008, p.24).

A inquietação do governo com a educação rural aconteceu em meio a um cenário econômico de dependência junto com a crise das pequenas propriedades das zonas rurais que se acentuava e, concomitantemente, culturas de grande extensão que exigiam maquinarias modernas começaram a ser introduzidas no Estado. O êxodo rural originário das zonas de fazendas de criação de gado e da zona colonial em crise se manifesta nos anos trinta e quarenta (WERLE, 2008). O movimento dos jovens, de abandono do seu local de origem, para irem a busca de melhores oportunidades no meio urbano, teve como consequência o aumento do êxodo rural. O governo com a intenção de conter o anseio de jovens ao optarem pelo trabalho na cidade ao invés de continuar nas áreas agrícolas, criou as ENR para formar professores que permanecessem no meio rural.

Tendo em vista solucionar o problema do êxodo rural e manter a população em seu lugar de origem, as autoridades educacionais incentivaram os investimentos no Ensino Rural (ER). No decreto-lei aprovado em 1951, que destinava um investimento de Cr\$250.000,00 para o ER, é possível perceber que as autoridades faziam críticas sobre as diferenças existentes entre a educação citadina e educação rural. Justificando, assim, a necessidade de formar professores em ENR:

[...] à variação do meio deve corresponder a outro tipo de ensino, busca os interesses dos alunos e as conveniências do meio social e constitui uma escola diferenciada, destinada a fixar o rurícola no meio originário e a preparar a melhoria do seu padrão de vida e de produção – criando nos alunos a consciência da nobreza do trabalho agrário e da beleza da vida campesina (RIO GRANDE DO SUL, 1951, p.1).

Segundo o referido decreto, a ideia era de que a ruralização do ensino seria a melhor solução para o grave fenômeno das migrações internas, as quais geravam inúmeros problemas de ordem social e econômica. O professor rural, segundo o plano de governo, deveria ser oriundo do próprio ambiente:

Através de bolsas de estudos os alunos dos distritos, interessados nos cursos de aperfeiçoamento, ingressarão na escola normal rural e, depois de formados,

voltarão ao ambiente de onde saíram, a fim de ministrar os ensinamentos que receberam, tanto na escola rural primária como na escola normal rural. Esse plano visa não somente a formação de bons professores rurais especializados, como também, a fixação tanto desses como dos alunos ao meio rural (A ÉPOCA, 1949, p.6).

O plano do governo era incentivar a permanência do aluno e futuro professor em seu ambiente de origem, consolidar sua fixação na zona rural. Funcionavam no RS em 1949, três cursos regulares de formação de professores rurais: o de Ana Rech, Guaporé e Cerro Largo.

O INGRESSO NA ESCOLA NORMAL RURAL: OS SABERES MATEMÁTICOS

O ingresso nas Escolas Normais Rurais era garantido depois do candidato ser aprovado no exame de admissão. Para tanto, era necessário fazer a inscrição nas Delegacias Regionais de Ensino e Superintendência do Ensino Rural, com data determinada.

A matrícula do candidato seria efetivada somente se atendesse as seguintes condições: “a) Ser brasileiro nato; b) ter preferencialmente procedência do meio rural; c) ter sanidade física e mental; d) não ter defeito físico ou distúrbio funcional que o inabilite ao exercício do magistério rural; e) ter bom comportamento social; f) ter 14 anos feitos e menos de 31 anos” (JORNAL DO DIA, 1951, p.12). Ao aluno poderia ser concedida bolsa se o beneficiário se comprometesse em exercer o magistério rural, por no mínimo três anos, depois de formado.

Na ENR Imaculada Conceição em Pelotas, segundo a professora Ana Maria Dominguez, que trabalhou como professora de Didática da Matemática até 1973 e também foi professora do primário na escola Santo Antônio, que funcionava anexa, existia um 6º ano que seria um ano preparatório para as alunas fazerem a prova de admissão ao curso normal. Neste 6º ano as alunas teriam um reforço de todas as disciplinas.

No primário eu trabalhava com as meninas, elas faziam assim tipo um cursinho para as meninas, para as meninas entrarem no Normal regional elas tinham que fazer tipo um vestibular, então elas faziam um 6º ano, aí no Santo Antônio tinha esse 6º ano, era mais um ano no Primário. E eu fui pra lá e trabalhei com a 5ª série e depois comecei a trabalhar com esse 6º ano, que era um preparatório para fazer a prova para ir para o Normal Regional (DOMINGUES, 2019).

Percebemos que existia a preocupação em preparar as alunas do primário, que era feito em 5 anos, com o interesse delas ingressarem no Curso Norma Rural da própria instituição. Segundo Ester Vellar Krause que ingressou na referida instituição em 1970, era feito uma prova, a qual ela compara com uma prova de vestibular que tinha português, matemática, ciências, história e geografia. Ela lembra que:

Era pra ginásio né. A gente tinha que fazer vestibular. Aí, o que é que eu me lembro assim... Que português e matemática eu tirei 90 e as outras 3 eu tirei 60, que era o limite pra entrar. E aí então eu fiz o admissão ao ginásio, aí fiz a prova e entrei! Que era como se fosse um ginásio hoje né, o normal regional, ele é em nível de primeiro grau (KRAUSE, 2018).

Os exames de admissão eram realizados nas Delegacias Regionais de Ensino e nas Escolas Normais Rurais. As provas englobavam as matérias de Português e Matemática, correspondente ao 5º ano primário, e havia uma prova oral de Geografia e História do Rio Grande do Sul. (JORNAL DO DIA, 20 dez.1952, p.12).

O conhecimento referente à matemática para o exame de admissão nas ENR correspondia aqueles do 5º ano primário. De acordo com o programa experimental (1959, p.10), os conhecimentos matemáticos ligados às categorias são: “contagem e numeração e noções a elas ligadas”, “operações fundamentais e cálculos diversos”, “sistemas de pesos e medidas”, “frações”, “geometria”, “sistema monetário” e “problemas”. Em cada categoria os itens vêm especificados, como por exemplo, na categoria “geometria” temos: A – Noção de quadrilátero e triângulo. Reconhecimento dos quadriláteros. B – Triângulo quanto aos lados. C – Perímetro. Determinação prática do perímetro de superfícies regulares e irregulares. Cálculo do perímetro de triângulos e quadriláteros. Cálculo do lado, sendo dado o perímetro. D – Área do quadrado, do retângulo e do triângulo (isósceles). (RIO GRANDE DO SUL, 1959, p.10).

No Boletim “Ensino Rural” 1954/55, Ano II Nº1⁴, encontramos o Decreto Nº 1.812 que apresenta o Programa das disciplinas para o Exame e as condições para a Admissão nas ENR.

⁴A coleção do Boletim Educação Rural analisada para a escrita do projeto, encontra-se no Centro de Estudos e Investigação em História da Educação (CEIHE) – UFPEL. Atualmente o grupo de pesquisa é coordenado pelos professores: Dr. Elomar Tambara, Dr. Eduardo Arriada, Dra. Giana Lange do Amaral e Dra. Patrícia Weiduschadt, e conta com a participação de cerca de 50 membros.

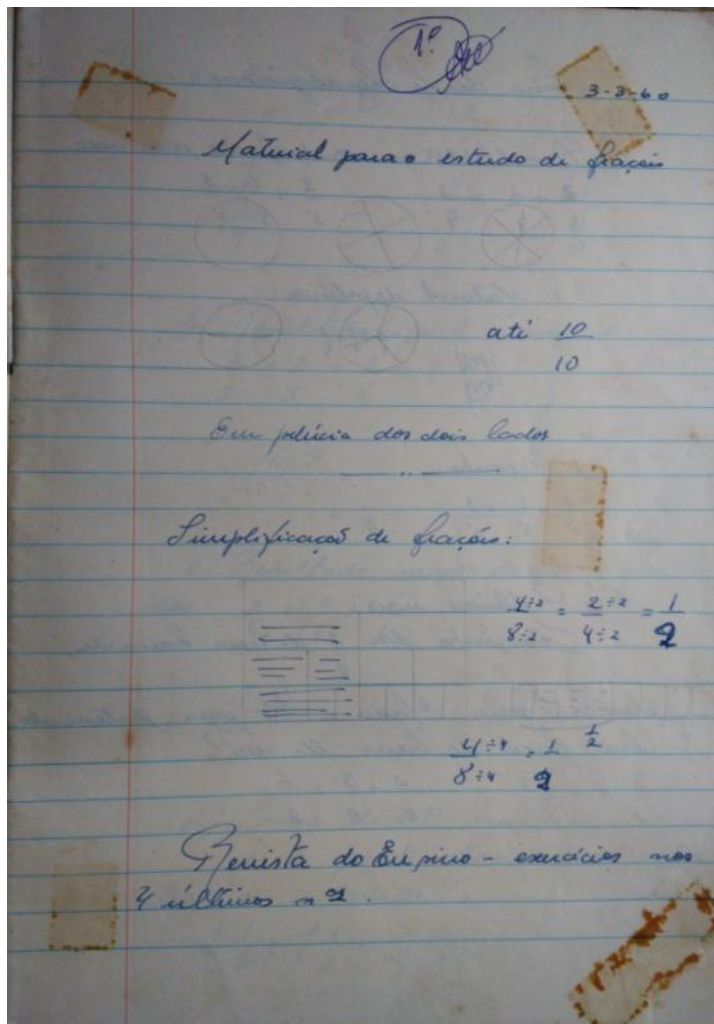
Tabela 1: Súmula do Programa de matemática do Decreto Nº 1.812: Condições para Admissão nas Escolas Normais Rurais

Aritmética	Sistema de medidas	Matemática financeira	Geometria
Numeração arábica, romana e decimal	Sistema métrico: metro, grama, litro, seus múltiplos e sub-múltiplos	Cálculo de juros simples	Reconhecer figuras planas
Operações sobre números inteiros e frações decimais	Sistema monetário brasileiro e noções sobre o sistema monetário de países que mantenham relação com o Brasil (equivalência de moedas)	Percentagens. Aplicação do cálculo de percentagens e problemas sobre comissões, impostos, abatimentos, lucros e perdas	Área e perímetro do retângulo, quadrado, paralelograma, triângulo, losângulo
Resolução de problemas	Correspondência e medida de capacidade, peso e massa	Interpretações de tabelas	Estudo do círculo, circunferência, raio, diâmetro e Volume do cubo e do cilindro

Fonte: Boletim “Ensino Rural”. Porto Alegre 1954/55, Ano II Nº1, p. 71.

Encontramos os mesmos conteúdos presentes no Boletim Educação Rural, mencionados na tabela a cima no caderno que pertence a Ana Maria Domingues, utilizado durante sua formação e depois quando foi professora na ENR Imaculada Conceição. Os conteúdos que eram os mesmos prescritos no Programa Experimental de 1959, estavam presentes nas Revistas Pedagógicas produzidas pela Secretaria de Educação e Cultura do RS, que também traziam a mesma indicação.

Figura 2: Caderno de Matemática



Fonte: DOMINGUEZ, A. M. 1960, 32.

Notamos escrito nas primeiras linhas do caderno da figura 2, a data 3-3-60, e logo a baixo “Material para o estudo de frações”. Esse material foi confeccionado por Ana Maria Domingues quando normalista o qual ela guardou como lembrança. O material concreto é feito de círculos divididos de papelão e forrado dos dois lados com pelúcia colorida, era muito utilizado, segundo Ana Maria, para ensinar as frações e suas operações. Depois ela utilizou o mesmo material concreto com suas alunas, nas aulas de Didática da Matemática na ENR. Ainda na mesma página, temos um exercício de simplificação de frações e nas últimas linhas um lembrete “Revista do Ensino - exercícios nos 4 últimos nº 1”, o que nos

sugere que as alunas do Curso Normal tinham acesso e utilizavam a Revista do Ensino para complementar suas atividades e auxiliar na confecção dos materiais concretos.

De acordo com a professora Ana Maria Dominguez, quando questionada sobre como era dar aulas de Didática da Matemática para as normalistas, sem ter a formação em matemática, ela nos diz que:

Gostava de dar essa matemática, que se pensava, eu não gostava daquela matemática que era aquela lá... Até a geometria eu gostava, sempre gostei de geometria. Aqueles teoremas que todo mundo decorava, eu sabia sem decorar! Isso aí eu gostava, agora aquela matemática que era pura decoreba que a gente fazia sem saber o que estava fazendo, aquilo eu tinha horror! (DOMINGUEZ, 2019).

De acordo com Dominguez, quando questionada sobre como era ensinada a matemática na sua formação, no Curso Normal no Ginásio Estadual de Escola Normal Assis Brasil, ela nos diz que a matemática que aprendeu no Curso Normal era matemática “digamos aritmética, aquilo que nós íamos ensinar no Primário. A gente não dava matemática Científica” (DOMINGUEZ, 2019).

Notamos então, que seria importante, as normalistas conhecerem os saberes relacionados à matemática bem como o das outras disciplinas, aqueles que seriam ensinados no curso primário, onde estas seriam futuras professoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou apresentar alguns dos resultados iniciais do projeto de mestrado que está em andamento, o qual investiga as Escolas Normais Rurais no Rio grande do Sul, no período em que elas existiram no Estado (1940-1973), e procura conhecer como os saberes matemáticos permeavam estas instituições.

Aqui trouxemos alguns resultados obtidos, decorrência da análise de jornais periódicos que circularam na época, documentos oficiais, Boletim do Ensino Rural e entrevistas que foram realizadas até o momento desta escrita. Reconhecemos que o cruzamento das fontes é importante e pretendemos alargar nossos estudos sobre o tema. Destacamos que as diferentes fontes utilizadas para esta escrita nos mostraram que o cruzamento delas é fundamental para um resultado mais acautelado.

REFERÊNCIAS

- BÚRIGO, E. Z.; DALCIN, A.; DYNNIKOV, C. M. S.S.; RIOS, D. F.; FISCHER, M. C. B.; PEREIRA, L. H. F. ESTUDAR PARA ENSINAR: práticas e saberes matemáticos nas escolas normais do rio grande do sul (1889-1970). Projeto de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. 41 f.
- BURKE, P. **O que é história do conhecimento?:** Processos. São Paulo: Unesp, 2016.
- BOLETIM DO ENSINO RURAL.** Decreto Nº 1.812:Condições para admissão as ENR (Art.16, do Decreto 1.812, de 15-5-1951), Porto Alegre, Ano II, Nº1. p. 71-74,1954/55.
- CAPELATO, M. H. R. Conquistando Corações e Mentos. In: CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988. p. 15-27.
- COELHO, C. M. Aproximações teóricas e metodológicas entre Fredrik Barth e Carlo Gizburg: microanálise e indiciarismo. In: RODRIGUES, M. B. F. (Org.). **Exercícios De Indiciarismo.** Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, 2006, p. 41-64.
- DOMINGUEZ, A. M. E. No Assis Brasil, metade da minha vida. In: AMARAL, G. L.; AMARAL, G. L. (Org.).**Instituto de Educação Assis Brasil: entre a memória e a história 1929-2006.** Pelotas: Seiva, 2007. p.79-84.
- JORNAL CORREIO RIO-GRANDENSE.** Garibaldi: 8 jan. 1947, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em:24jul.2019.
- JORNAL A ÉPOCA.** Caxias do Sul: 16 out. 1949, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 mar.2019.
- JORNAL DO DIA.** Porto Alegre: 21 out. 1951, p.13. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 mar.2019.
- JORNAL DO DIA.** Porto Alegre: 20 dez. 1952, p.12. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18 mar.2019.
- MOREIRA, J. R. **A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul.** 1954. Monografia (Campanha de Inquéritos e Levantamentos) – INEP/MEC. Rio de Janeiro.
- PORTELLI, A. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ÉTICA NA HISTÓRIA ORAL. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 15, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215>>. Acesso em: 19 set. 2019.
- PORTELLI, A.; RIBEIRO, J. Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 14, set. 2012.

ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>>. Acesso em: 19 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 540, 4 de junho de 1951. Concede auxílio as Escolas Normais Rurais, organizadas e mantidas por instituições particulares, no Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais. Programa Experimental de Matemática. Anexo ao ofício circular n. 154, de 23 de março de 1959. Porto Alegre: 1959. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/122106>. Acesso em 02 abr. 2019.

TAMBARA, E. Escolas formadoras de professores de séries iniciais no Rio Grande do Sul. Notas introdutórias. In: TAMBARA, E.; CORSETTI, B. (Org.). **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: UFPel, 2008. p. 13-39.

WERLE, F. O. C. **Educação rural: impresso oficial para o fortalecimento da escola pública rural**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/5.pdf> Acesso em: 18 de mar. 2019.